

ÍNDICE INDICE

- 8** O meu olhar desde os cocurutos nas povoações empoleiradas
Conceição Lopes
- 10** Mediterraneidade — o espírito do Mediterrâneo
Fernando Santos Pessoa
- 13** Povoados alcandorados do Mediterrâneo
Miguel Reimão Costa, Susana Gómez Martínez, Desidério Batista, Vítor Ribeiro

ENTRE MARGENS ENTRE LES MARGES

- 16** Águas de Mértola: 2000 anos de abastecimento, armazenamento e gestão da água num povoado alcandorado
Virgílio Lopes, Susana Gómez Martínez, Mária de Fátima Palma, Cláudio Torres, Miguel Reimão Costa
- 22** Le géomorphosite culturel de Matmata (sud-est tunisien): paysage et habitats troglodytiques
Nouri Boukhchim
- 27** A aldeia berbere de Zroua nas montanhas meridionais da Tunísia: identidade e dinâmica da paisagem mediterrânica
Desidério Batista, Miguel Reimão Costa
- 33** Kourbous à l'époque moderne, renaissance et extension d'un village et d'une station thermale en montagne au Cap-Bon (nord-est de la Tunisie)
Beya Abidi

ENTRE PONTOS ENTRE LES POINTS

- 38** Mediterrâneo: um certo genius de habitar
Gonçalo Duarte Gomes
- 43** Las comunidades de Djebel Sirwa (Anti-Atlas, Marruecos): hacia una relación entre hábitat y economía
José María Moreno Narganes, Hacomar Ruiz González, Efraín Marrero Salas, Jared Carballo-Pérez
- 49** Centralidades encaramadas. Ciudades medias de las sierras béticas desde una perspectiva territorial e histórica. Los casos de Estepa y Osuna
Blanca del Espino Hidalgo, Francisco José García Fernández
- 55** Monte Cabeço da Cardo, 226 metros de altitude. Um percurso entre o Mediterrâneo e a faixa atlântica para reconhecimento dos valores do vernáculo
Cláudia de Oliveira Calado Gaspar

ENTRE MONTANHAS ENTRE LES MONTAGNES

- 60** Tagnit n'Abdiy. A arquitetura e a paisagem da região nordeste do Anti-Atlas em Marrocos
Miguel Reimão Costa, Desidério Batista
- 66** Zriba, un village perché du mont Zaghouan (nord-est tunisien)
Meriem Marzouki
- 71** Lecture architecturale, paysagère et culturelle d'un village perché — cas de Takrouna, Tunisie
Ons Najjar, Raja Gzara
- 76** Além da casa sem nome. Novos estudos: Constantina
Vidal Gómez Martínez, Blanca del Espino Hidalgo, María Teresa Pérez Cano

- 82** *Manières d’habiter dans les zones montagnardes de la Méditerranée Occidentale: recherches sur les modèles d’habitat traditionnel de Chefchaouen*
Leila Harabi

ENTRE FRONTEIRAS ENTRE LES FRONTIÈRES

- 87** “De Marvão vê-se tudo”, assim dizia José Saramago
Jorge de Oliveira
- 94** *Topografias dos recintos murados da Pré-História recente do Alto Douro: o caso do Castanheiro do Vento (Horta do Douro, Vila Nova de Foz Côa)*
João Muralha, Sérgio Gomes, Ana Vale, Vítor Oliveira Jorge
- 106** *Estruturas de fronteira: arquitetura e povoamento em Ribacôa*
Maria Isabel Lopes de Mendonça
- 112** *Estremoz: assentamento e fronteira*
Ana Costa Rosado

ENTRE ÁGUAS ENTRE LES EAUX

- 112** *A arquitetura corrente do Baixo Guadiana através da arqueologia: a parcela do edifício dos antigos CTT de Alcoutim entre os séculos XV a XX*
Marco Fernandes, Virgílio Lopes, Susana Gómez Martinez, Miguel Reimão Costa, Alexandra Gradim
- 116** *La Cittadella di Gozo a Malta: un’acropoli nel cuore del Mediterraneo*
Germano Germanò
- 123** *Telhados de tesouro da Ribeira de Tavira — Modelos e tipologias da casas nobres entre os séculos XV e XVI*
Ana Isabel Nascimento Santos
- 128** *Vila da Fuzeta, entre o mar e a terra. Revelar arquiteturas, percursos e horizontes lagunares*
Pedro Miguel Mascarenhas de Brito, João Gabriel Candeias Dias Soares
- 134** *Os povoamentos alcandorados da cidade de Lisboa em risco*
Filipe Mário Lopes

ENTRE TEMPOS ENTRE LES TEMPS

- 139** *Arquitetura de adobe em povoações alcandoradas de Portugal*
Maria Fernandes
- 142** *A aldeia de Prados no Programa de Renovação Rural: apontamentos para uma história das intervenções de reabilitação em áreas rurais no Estado Novo*
Vítor Ribeiro
- 149** *Identité architecturale et patrimonialisation de l’habitat en Kabylie*
Zoulikha Ait-Lhadj, Messaoud Aiche, Miguel Reimão Costa
- 155** *Uma ponte construída em taipa — Sobral da Adiça, Moura*
Miguel Ferreira Mendes

A ALDEIA DE PRADOS NO *PROGRAMA DE RENOVAÇÃO RURAL*: APONTAMENTOS PARA UMA HISTÓRIA DAS INTERVENÇÕES DE REABILITAÇÃO EM ÁREAS RURAIS NO ESTADO NOVO

Vítor Ribeiro
CEAACF, Universidade do Algarve
ribeiro.vitor@gmail.com

Palavras-chave: aldeias, arquitetura vernácula, bem-estar rural, habitação rural, renovação aldeã

Introdução

O mito da *vocação rural* do povo português constituiu um dos mais fortes traços característicos do Estado Novo salazarista e da sua propaganda, sem que tal, porém, se tenha traduzido em políticas consistentes de desenvolvimento e valorização das áreas rurais. Afinal, outro dos seus mitos, o da *vocação de pobreza*, justificava que se deixasse o povo *viver habitualmente* ainda que em *inconfortável cortiço, mais próprio de animais*, como oportunamente assinalou Aquilino Ribeiro e o demonstraram o *Inquérito à Habitação Rural*, na década de 1940, e outros estudos subsequentes.

Ainda assim, no início da década de 1960, quando a vacuidade de ambos os mitos havia já sido posta a nu pelo crescente êxodo rural, a Junta de Colonização Interna (JCI) irá lançar um ambicioso *programa de renovação rural*. Visando, fundamentalmente, resolver o problema da habitação rural, a proposta então desenhada contemplava a intervenção não só no edificado privado, mas também no espaço público, nas redes de infraestruturas e nos equipamentos de utilização pública.

Ambicioso nos objetivos proclamados, mas limitado nos meios de que dispôs e parco nos resultados obtidos, o programa não deixou, ainda assim, de revelar alguns aspetos que merecem ser destacados pela sua importância precursora. Nomeadamente na abordagem multisetorial e multi e interdisciplinar que adota, mas também na valorização turística e diversificação do emprego em áreas rurais que propõe, antecipando conceitos, como os de *reabilitação integrada* e *multifuncionalidade, pluriatividade* e *plurirrendimento*, e também ações, como os *programas de revitalização de aldeias* (Ribeiro, 2017, Anexo 1), que só mais tarde a doutrina e a prática virão a consagrar.

Entre as 41 aldeias abrangidas pelo programa, entre 1960 e 1974, destaca-se Prados, aldeia situada a mais de 1 000 metros de altitude em pleno Parque Natural da Serra da Estrela e a maior das quatro aldeias do concelho de Celorico da Beira beneficiadas nesse âmbito. Os elementos que integram o respetivo plano de intervenção constituem documentos fundamentais para a compreensão, não só dos objetivos e princípios gerais que norteavam o programa, mas também da metodologia, critérios de intervenção e conceitos adotados, avultando entre estes a discussão em torno de “o que deve ser a pequena habitação rural”.

A partir da análise deste caso particular, propomo-nos assim discutir e analisar criticamente os princípios enunciados, os objetivos propostos, a metodologia utilizada, as ações empreendidas e os resultados obtidos no âmbito do referido programa, procurando evidenciar alguns dos seus principais, e precursores, aspetos.

1. Do programa: objetivos e princípios fundamentais

A adoção de uma abordagem multisetorial – que hoje diríamos *integrada* – a um problema que não se esgotava nas condições de habitação, constitui um dos aspetos determinantes do programa, o qual assentava no reconhecimento de que os problemas do mundo rural não poderiam ser resolvidos *sem que primeiro sejam aceites e reconhecidos na sua verdadeira grandeza* (Lobo & Antunes, 1960, p. 7). De facto, muito embora o seu principal objetivo fosse a resolução do problema do alojamento rural, o programa contemplava uma intervenção mais abrangente, sem a qual se considerava não poder *aguardar-se que o nível de vida das populações rurais possa vir a considerar-se satisfatório* (JCI, 1963-65, Vol. 1, p. 1). Na proposta cabiam, assim, não só a beneficiação do edificado privado, do espaço público, das redes de infraestruturas e dos equipamentos de utilização coletiva, mas também uma intervenção alargada a *todo o conjunto e a todas as actividades inerentes à valorização e à revivificação do meio rural* (JCI, 1963-65,

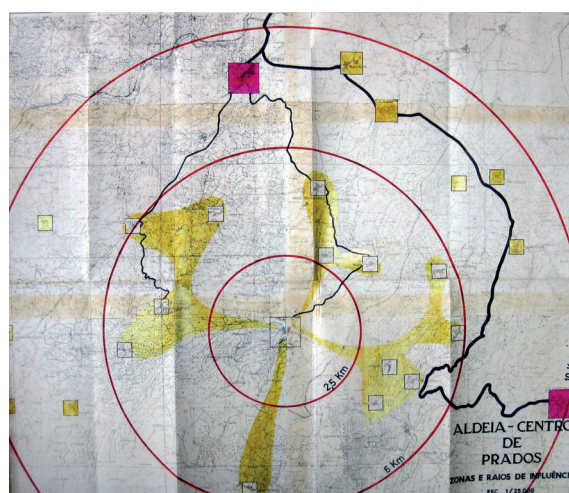


Fig. 1 Prados: aldeia-centro (JCI, 1963-65)



Fig. 2 Prados, Habitação n.º 31: (a) depois das obras (JCI, 1963-65) e (b) em 2013.

Vol. 1, pp. 2, 3 e 69). A ideia subjacente era *multiplicar os empregos não dedicados à agricultura*, nomeadamente em atividades terciárias (Machado, 1965, p. 150), promovendo a multifuncionalidade e a pluriatividade em áreas consideradas excessivamente dependentes das atividades agrícolas.

Para tal, defendia-se a necessidade de convocar e conjugar os esforços de muitos outros organismos estatais, para além da JCI, sob pena de *a obra que se pretende atingir se revelar incompleta* (JCI, 1963-65, Vol. 1, p. 3). Configurava-se assim uma abordagem que, além de integrada, se pretendia também multi e interdisciplinar, pois, como sublinhavam Lobo e Antunes (1960, pp. 8 e 29), *os interesses em causa não pactuam com processos auto-suficientes*, i.e., centrados na ação isolada do arquiteto, posto que a dimensão do problema, acrescentavam, impunha que *a sociologia, a economia agrária, o urbanismo rural, a engenharia, a higiene, as arquiteturas civil e paisagista se envolvessem na mais íntima colaboração*. Esta colaboração, porém, não deveria traduzir-se em *planos empíricos* e numa obra *aparatosa*, mas sim em ações *concretas, eficientes e práticas* e numa obra *séria* que fosse, não só *naturalmente modesta e compatível com o habitat do homem rural*, mas também *simples na aparência e ambiental na essência* (JCI, 1963-65, Vol. 1, pp. 3, 4 e 12), ou seja, eminentemente pragmática.

Todavia, para além de uma questão de princípio, ao pragmatismo que a proposta encerra não terão sido também alheios os *condicionamentos de ordem financeira e técnica* (JCI, 1963-65, Vol. 5, p. 9) a que o programa se viu sujeito, impondo, em particular, o princípio da seleção das aldeias a beneficiar. Com efeito, defendia-se a ideia de que só concentrando *todos os créditos e todos os esforços* nas aldeias que, por apresentarem características capazes de lhes garantirem *evolução e melhor aproveitamento futuros dos seus potenciais naturais*, pudessem vir a tornar-se *aldeias-centro*, se poderia assegurar a reprodutividade do investimento e evitar perder-se *sem glória o esforço despendido* numa operação que, de outra forma, resultaria *imperfeita, de resultados enganadores e duração efémera* (Machado, 1965, p. 334; JCI, 1963-65, Vol. 5, p. 1; Lobo & Antunes,

1960, p. 38). Essas aldeias, *tomadas como núcleos de influência local*, tornar-se-iam, graças ao programa, *os nós e os pontos de apoio estratégicos da estrutura rural renovada* (Machado, 1965, p. 334), atraindo e concentrando, já em melhores condições, a população antes dispersa pelos aglomerados menores existentes no seu raio de ação. Estes, por sua vez, tenderiam, inevitável e inelutavelmente, a desaparecer, pois não só não apresentavam *quaisquer perspectivas de valorização futura* nem *qualquer razão de existência*, como podiam até representar *sérios e imponderáveis obstáculos ao progresso da vida campesina* (Machado, 1965, p. 151).

Nesse sentido, a proposta determinava que cada aldeia a selecionar deveria reunir quatro critérios ou condições fundamentais (não sendo certo, porém, que os mesmos tenham sido rigorosamente respeitados): (i) *integrar-se numa zona sujeita a programas de planeamento ou de desenvolvimento regional*; (ii) *apresentar determinadas características de evolução, de potenciais naturais e de valorização futuras, no sentido de que possa vir a transformar-se num polo de atracção e de serventia das demais aldeias que a cercam adentro de um certo raio de ação*, que andaria *na ordem* dos 10 a 15 km (JCI, 1963-65, Vol. 5, p. 1); (iii) *possuir um número de fogos não inferior a 90*; e (iv) *exibir excepcionais condições que indiquem a sua revitalização futura ou a sua importância económica e geográfica ao nível concelhio ou regional* (JCI, 1963-65, Vol. 6, s.p.).

Ora, é precisamente no âmbito da discussão em torno da importância do planeamento que emerge outro dos aspetos a destacar neste programa: o papel atribuído ao turismo em espaço rural. Omissa na proposta de Lobo e Antunes (1960) e apenas brevemente enunciada no plano da aldeia de Prados como uma das possibilidades de que a população rural poderia dispor para encontrar ocupações melhor remuneradas *adentro da sua vida campestre* (JCI, 1963-65, Vol. 1, p. 2), é nas propostas do Arquiteto José Luís Pinto Machado que a importância concedida à valorização turística surge mais desenvolvida.

Com efeito, defendendo, no seu estudo, a complementaridade entre o planeamento rural e o planeamento urbano, posto que *os planos de urbanização*

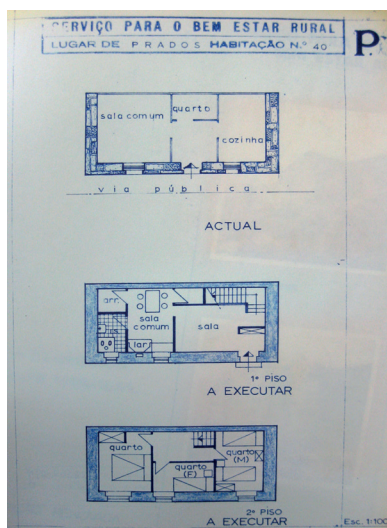


Fig. 3 Prados, Habitação n.º 40: plantas da situação existente e da proposta a executar (JCI, 1963-65)

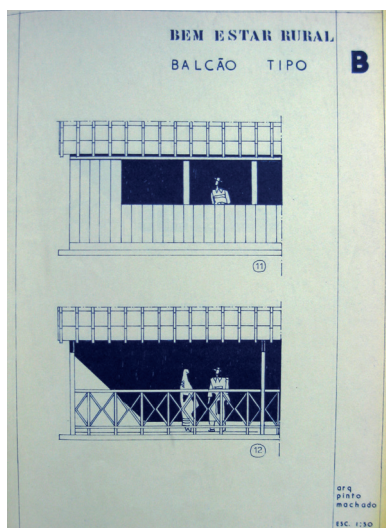


Fig. 4 Prados, peças técnicas: balcão tipo (JCI, 1963-65)

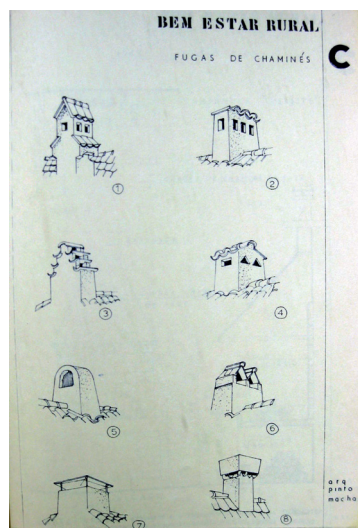


Fig. 5 Prados, peças técnicas: fugas de chaminé (JCI, 1963-65)

de determinadas cidades não devem (nem podem) ignorar a existência das zonas rurais, Machado (1965, p. 125) sugere duas soluções distintas para as áreas rurais: uma de *proteção ou salvaguarda*, a outra de *produtividade ou colonização*. E nesse âmbito, invoca, para além da necessária renovação das aldeias, também a defesa do ambiente rural, o aproveitamento dos recursos potenciais e, em particular, o turismo como alguns dos *multíssimos meios que podem ser encarados na tentativa de valorização do nosso património rural* (Machado, 1965, p. 125). Nesse sentido, e precisamente em face do forte incremento que o turismo vinha conhecendo em algumas zonas rurais do País – como era já o caso do Algarve, indicado como exemplo –, Machado (1965, p.155) admite mesmo que talvez fosse de aconselhar a recuperação de *alguns aglomerados rurais considerados de interesse turístico ou estrategicamente localizados*, por forma a proporcionar às populações locais uma fonte de rendimento suplementar da atividade agrícola. Proposta que, prefigurando uma espécie de programa das aldeias históricas *avant la lettre*, não deixa assim de apontar, ainda que implicitamente, aqueles que se tornarão os objetivos centrais do desenvolvimento rural a partir da década de 1990: a *multifuncionalidade*, a *pluriatividade* e o *plurirrendimento*.

2. Da execução: processo e meios de financiamento

Para a concretização do programa de renovação rural revelar-se-á fundamental a aprovação, em 1960, do Decreto-Lei n.º 43 355 (SEA, 1960), que veio introduzir novas disposições destinadas a ampliar o âmbito de atuação da Lei de Melhoramentos Agrícolas (ME, 1946), aprovada em 1946, tendo as condições para a concessão das comparticipações (não reembolsáveis) e empréstimos nele previstas sido regulamentadas nos dois anos subsequentes, através do Decreto n.º 43 661 (ME, 1961) e do Decreto-Lei n.º 45 534 (ME, 1962).

De acordo com as condições estabelecidas, os referidos empréstimos, a contrair à JCI, eram cumuláveis com as comparticipações não reembolsáveis até um limite máximo global de financiamento que não poderia exceder os 90% do custo total das obras. O respetivo prazo de amortização variava entre os cinco anos (nos caso de empréstimo pessoal) e os 18

a 20 anos (quando o crédito envolvesse garantia hipotecária), só se iniciando o período de amortização dois anos após a conclusão das obras, com um juro que variava entre 2 a 4% (SEA, 1960, art.º 10.º; JCI, 1963-65, Vol. 1, p. 11).

Ainda assim, dada a insuficiência das dotações orçamentais, houve que as *distribuir segundo uma ordem de prioridades* (JCI, 1963-65, Vol. 5, p. 7), levando à adoção de algumas medidas tendentes a maximizar a sua aplicação. Primeiro, privilegiando a intervenção em habitações próprias em detrimento das que se encontrassem em regime de inquilinato — sem prejuízo, em qualquer dos casos, da prestação da *necessária ajuda técnica* (JCI, 1963-65, Vol. 1, pp. 12-13). Segundo, impondo a já referida *cuidadosa seleção das aldeias e dos alojamentos a renovar*, dando prioridade aos agregados familiares mais numerosos e economicamente menos favorecidos e restringindo as novas construções aos *casos desesperados* (JCI, 1963-65, Vol. 1, pp. 12-14). Terceiro, recorrendo a uma *séria e dificultosa investigação* conducente à definição das soluções *mais económicas e funcionais que se coadunem com os requisitos construtivos e habitacionais próprios e necessários aos meios rurais* (JCI, 1963-65, Vol. 5, p. 7). E finalmente, recomendando, quer a colaboração ativa de toda a população abrangida, através do fornecimento de mão-de-obra não especializada e dos materiais de construção necessários, quer o fabrico local de alguns desses materiais (JCI, 1963-65, Vol. 2, pp. 7-9; Lobo & Antunes, 1960, p. 41).

3. Plano de intervenção na aldeia de Prados: um caso paradigmático

Entre as 41 aldeias abrangidas pelo programa entre 1960 e 1974 destaca-se Prados, aldeia situada a mais de 1 000 metros de altitude, nas faldas da Serra da Estrela (cujo Parque Natural integra atualmente), sede da freguesia com o mesmo nome e a maior das quatro aldeias do concelho de Celorico da Beira então beneficiadas no âmbito do programa. Aldeia de montanha mas dispendo de algumas baixas de terrenos férteis, Prados dependia, na época, fundamentalmente, da exploração ovina. Distanto cerca de 15 km da sede do concelho, à qual estava ligada por uma estrada de



Fig. 6 Prados: Plano Director (JCI, 1963-65)

macadame, que durante o inverno *ficava praticamente intransitável*, a aldeia era servida por uma rede de arruamentos que se encontravam, *na generalidade*, de acordo com o diagnóstico então feito, em mau estado, não possuía rede de esgotos nem de água domiciliária, dispunha de escola para ambos o sexos e um posto médico que funcionava apenas uma vez por semana (JCI, 1963-65, Vol. 2, pp. 1-3). No respetivo plano de intervenção, Prados é identificada como *aldeia-centro* (fig. 1), com uma influência que se estende, num raio de 6 km, a 13 outros pequenos aglomerados, entre os quais Cadafaz, Rapa e Salgueirais, as outras três aldeias do concelho beneficiadas pelo programa.

O diagnóstico que é feito da situação habitacional da aldeia de Prados é, a respeito do referido problema da habitação rural, esclarecedor. Começando por referir que *a maioria das habitações não oferece as condições consideradas mínimas*, aquele aponta desde logo o estado de ruína *bastante adiantado* em que se apresentavam a *quase totalidade* das coberturas, problema agravado pelo seu revestimento *em telha vã*, ou seja, sem qualquer forro de proteção. A isso acresciam a *diminuta área coberta*, abrigando, na maioria dos casos, famílias numerosas *na mais pernicioso promiscuidade*, a *elevada percentagem de quartos interiores*, *consequentemente desprovidos de iluminação e ventilação* (69% dos 255 quartos inventariados no âmbito dos 199 inquéritos efetuados), e a ausência de instalações sanitárias e, na *esmagadora maioria* das cozinhas, de chaminés. Finalmente, as paredes exteriores, *executadas em pedra solta e sem as argamassas*, apresentavam-se também, *na grande maioria, em adiantado estado de ruína*, compondo um quadro que aconselhava a *maior urgência* no seu *arranjo imediato* (JCI, 1963-65, Vol. 2, pp. 4-6).

Para dar resposta a estas carências, a proposta preconizava um conjunto de ações, mais ou menos tipificadas, que abrangiam a reconstrução de coberturas, incluindo a instalação de forro interior e a substituição, parcial ou total de telhas; o arranjo e pintura de caixilharias existentes, a abertura de vãos em portas e janelas e a construção de pequenas claraboias de iluminação e ventilação em dependências interiores; a construção de chaminés e panos de apanhar fumos; a reparação total, ou quase total, dos pavimentos e a colocação de pedras nos lares; o preenchimento das juntas das alvenarias das paredes exteriores e respetiva caiação (fig. 2); a reconfiguração dos espaços internos, promovendo a

separação, por sexos, de quartos de cama e a criação de instalações sanitárias (fig. 3); bem como, e sempre que possível, a ampliação do fogo, quando a sua área coberta fosse considerada insuficiente às necessidades familiares (JCI, 1963-65, Vol. 1, p. 7).

De acordo com o programa proposto, a execução destas ações, todavia, deveria subordinar-se a um conjunto de princípios norteado pelo respeito pelas características das arquiteturas locais. As obras a executar deveriam assim *respeitar o ambiente natural e enquadrar-se na fisionomia arquitectónica do meio rural*, tendo presente que *a cada tipo de agricultura a desenvolver em cada região deverá corresponder uma diversa forma de habitat, portanto aliada a uma própria construção, seja motivada pela ecologia, pelo clima ou pela variedade de ordenamento produtivo* (JCI, 1963-65, Vol. 1, p. 8). Nesse sentido, defendia-se, por um lado, a adoção de *uma simplicidade estética e volumétrica próprias ao meio rural* e a manutenção de *uma feição de unidade de arquitectura popular*, propondo-se, para o efeito, o uso de materiais de construção idênticos aos preexistentes e *à identidade e características próprias à tradição arquitectónica local, definida através de técnicas e de feições plásticas espontâneas*; e, por outro lado, a recusa da introdução de elementos arquitetónicos que pudessem *desvirtuar as tradições construtivas locais*, a *pintura com cores berrantes ou com outras cores impróprias ou antes não utilizadas no meio rural* (embora dos elementos consultados não conste qualquer estudo de cor ou paleta de cores) e a utilização, nas coberturas, da telha tipo *Marselha* (JCI, 1963-65, Vol. 6, Cap. IV, artigos 5.º, 6.º e 7.º).

Quanto às novas construções, sugeria-se, desde logo, que fossem escolhidos para esse efeito os terrenos *mais propícios, mais salubres e melhor localizados*. Depois, preconizava-se ainda, para além das disposições respeitantes à respetiva salubridade e funcionalidade, que as mesmas fossem executadas *adentro das características da arquitectura popular* e apresentassem *um conjunto harmónico e simples, de molde a que se obtenha uma unidade estrutural e arquitectónica próprias do meio ambiente*, sugerindo-se que fossem *antecedidas, em relação à via correspondente, de uma faixa de verdura ou de ajardinamento (flores ou arbustos)* e, volumetricamente, respeitassem a *cércea atingida pelas construções vizinhas* mas sem ultrapassar a *medida correspondente à largura da via* junto à qual se implantassem (JCI, 1963-65, Vol. 1, pp. 8-10; Vol. 6, Cap. IV, artigos 3.º, 5.º e 6.º).

Quer num caso, quer no outro, a proposta para a aldeia de Prados remetia para um conjunto de desenhos técnicos que incluíam fichas individuais de intervenção no edificado (com planta da situação existente e da proposta de intervenção a executar), fichas de pormenores-tipo, abrangendo: alminhas (oito tipos), balcões (14 tipos) (fig. 4); beirados (três tipos) e alpendres (um tipo); asnas simples (um tipo, com diversas dimensões); assemblagens; *cozinhas – fogão* (um tipo); chaminés (três tipos); fugas de chaminés (14 tipos) (fig. 5); degraus; portas (cinco tipos); janelas (quatro tipos); cruzeiros (um tipo); fontenários (dois tipos); bem como plantas-tipo de novas habitações a construir (JCI, 1963-65, Vol. 5).

Com vista a reduzir os custos associados, o programa admitia ainda o recurso à normalização (ou produção

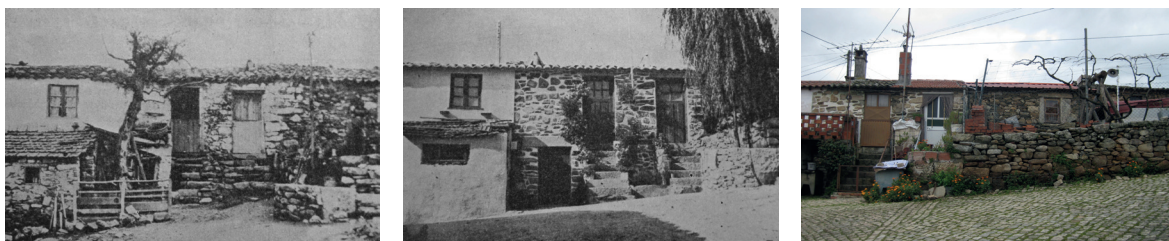


Fig. 7 Vale do Couço (Mirandela): uma habitação “melhorada”, (a) antes e (b) depois das obras (Lobo & Antunes, 1960) e (c) em 2013

em série) de elementos construtivos considerados de execução especializada (caixilharias, canalizações, sistemas de isolamento, etc.). Todavia, era rejeitada a *uniformização de tipos arquitectónicos* (ou seja, de *casas-tipo*), não só por ser *inaceitável*, do ponto de vista estético, mas também por, do ponto de vista económico, *dificultar um real aproveitamento de materiais e técnicas locais* (Lobo & Antunes, 1960, p. 43; Machado, 1965, pp. 88 e 113).

O relatório aconselhava ainda que a beneficiação das habitações decorresse em quatro fases, por ordem de prioridades. Numa primeira fase, seriam abrangidas as famílias que não possuíssem *quaisquer possibilidades financeiras* que lhes permitissem realizar as obras consideradas necessárias (sendo identificadas 70 famílias nestas condições), a quem seria atribuído o valor máximo da comparticipação não reembolsável. Numa segunda fase, o programa alargar-se-ia às famílias com *fracas possibilidades financeiras* (52 famílias identificadas), com a comparticipação a reduzir-se na ordem dos 10 a 20% do custo total das obras. A eventual beneficiação dos fogos das famílias *mais abastadas* (sendo identificadas apenas três) é remetida para uma terceira fase, sendo-lhes apenas reconhecido, nestes casos, *o direito de um empréstimo a conceder pelo Estado, sem qualquer direito a comparticipação*. E só numa quarta fase se admitia, no respeitante às famílias mais pobres (41 identificadas), *poder pensar-se ou na reconstrução do respetivo fogo (caso este se revelasse insuficiente para alojar em razoáveis condições o agregado ou se encontrasse em estado ruinoso) ou mesmo nas situações de inquilinato, a sua compra ao actual senhorio, no sentido de a vender ao presente inquilino* (JCI, 1963-65, Vol. 2, pp. 10-18).

Finalmente, e *porque as obras e investimentos a efectuar se destinam à melhoria das condições de habitabilidade da população interessada*, é recomendada a participação ativa de *toda ela [...], tanto através da mão-de-obra necessária, como de materiais de construção* (JCI, 1963-65, Vol. 2, pp. 7-9), em consonância com um dos princípios-chave associados ao programa.

No domínio dos serviços coletivos (espaço público, infraestruturas e equipamentos), era proposto que a freguesia fosse dotada, numa primeira fase, de um centro de extensão rural, de uma escola materno-infantil, de uma zona de desportos, *ainda que modesta*, para além das *urgentes* redes de água domiciliária e de esgotos, sendo incumbida às autarquias locais a responsabilidade pela obtenção, junto *dos outros Organismos*, das necessárias comparticipações financeiras (JCI, 1963-65, Vol. 2, p. 9). Ainda a respeito das intervenções no espaço público, vale a pena

assinalar a sugestão de que, nalguns casos, pudesse ser *interdita, no todo ou em parte dos arruamentos ou das praças, a circulação e o estacionamento de veículos, mesmo que se trate de viaturas de propriedade de cultivadores, de comerciantes, etc.* (JCI, 1963-65, Vol. 6, Cap. II, art.º 7.º).

Nas considerações a ter em conta na renovação da aldeia, preconizava-se que, antes de se iniciarem os *estudos preparatórios tendentes à renovação de uma aldeia rural* propriamente ditos, haveria que se proceder, por um lado, a *uma prévia mentalização* da população local, tendente a assegurar a respetiva colaboração no programa – para o que se tornava necessário deslocar para o local, *com relativa antecedência, uma brigada de agentes rurais, chefiada por uma assistente social* – e, por outro lado, à execução do levantamento topográfico da aldeia, preferentemente à escala 1/500, e à identificação de *todos os chefes de família* residentes (JCI, 1963-65, Vol. 6, Cap. I, art.º IV, e Cap. V, art.º 2.º). Antes do início das obras, considerava-se ainda necessário identificar, na aldeia ou nas suas proximidades, mestres carpinteiros ou pedreiros a quem pudesse ser confiada, *mediante um vencimento mensal a estipular*, a direção das obras a executar, assumindo a Junta, através dos seus técnicos, a fiscalização das mesmas e os respetivos autos, bem como, a fim de *evitar possíveis especulações, tanto por parte dos habitantes, como das autarquias locais*, a *definição das obras a efectuar em cada fogo e a verificação dos compromissos a assumir pelos interessados* (JCI, 1963-65, Vol. 1, p. 14; Vol. 2, pp. 7-9).

Da proposta consta ainda um *plano diretor* (fig. 6), ainda que meramente esboçado, com o qual, dando expressão à importância atribuída ao ordenamento e ao planeamento, se procurava disciplinar as intervenções a executar na aldeia e o respetivo processo de urbanização.

Ao todo, de entre as 262 habitações então identificadas na aldeia, terá sido programada e (orçamentada) a intervenção em apenas 58, e efetivamente beneficiadas, entre 1963 e 1965, apenas 54 (21%). A maior parte destas (41) pertencia a famílias de primeira prioridade (representando 59% das habitações identificadas nesse âmbito), tendo sido ainda beneficiadas sete habitações de famílias de segunda prioridade (13%) e seis de famílias de quarta prioridade (15%). Nenhuma das três famílias mais abastadas consta da lista de habitações beneficiadas pelo programa. O custo global das intervenções programadas ascendeu a 983 686 escudos, dos quais 73 328,30 não foram gastos (a maior parte correspondente às quatro desistências), tendo sido atribuídos 871 282,80 escudos a título de comparticipação não reembolsável.

Considerações finais e balanço possível

Lançado em 1960 com o objetivo de intervir em pequenos aglomerados rurais de forma a *transforma[los] em comunidades razoavelmente ordenadas* (Leónidas, 1971, p. 4), o *Programa de Renovação Rural* terá tido o seu início efetivo, em termos de obras, em 1963. Até 1962 terão sido realizados 1 090 inquéritos, habitacionais e familiares, em sete aldeias do Norte e Centro interior do país, número que, em 1963, ascenderia a 1 891, abrangendo mais dois concelhos e três aldeias (JCI, 1962, s.p.; 1963-65, p. 24).

Nesse mesmo ano de 1963 estariam em curso ou já concluídas as obras em Vale do Couço, Vimeiro e Vilaverdinho, em Mirandela, promovidas por uma empresa particular proprietária das terras, as quais terão constituído *exemplo e estímulo forte para se continuar* (JCI, 1963-65, Vol. 1, pp. 12-13). A experiência de Vale do Couço é também citada como exemplo a seguir por Lobo e Antunes (1960, p. 124), sublinhando estes, em particular, o cuidado havido em intervir nas condições de habitabilidade mas *sem modificar o aspecto geral do povoamento nem as características das habitações* e com a *preocupação de manter a arquitectura existentes* (fig. 7).

Tendo decorrido até 1968 em sistema experimental, o programa, depois de corrigidos os *erros* e modificados os *processos de actuação* (JCI, 1966, s.p.; Leónidas, 1971, pp. 4-5; ME, 1973, pp. 25-26), prosseguiria até à queda do regime e conseqüente extinção da JCI, ocorrida em outubro de 1974. As intervenções, coordenadas ao nível local por uma Comissão de Melhoramentos criada para o efeito, agrupando um representante da JCI e dois representantes *eleitos* pela população local, terão envolvido, para além da JCI, as direções gerais dos Serviços Agrícolas, dos Serviços Elétricos e dos Serviços de Urbanização, o Fundo de Fomento à Habitação, o Instituto de Assistência à Família, a Junta Central das Casas do Povo, a Junta de Ação Social, a Federação das Caixas de Previdência e Habitações Económicas e o Instituto Geográfico e Cadastral.

Do cruzamento da informação constante dos vários documentos e publicações consultados é possível concluir que, até ao final de 1972, terão sido beneficiadas pelo programa cerca de 41 aldeias, de um universo de, pelo menos, 94 candidaturas, e 1 523 habitações. Números (muito) escassos, face à dimensão das necessidades, mas reveladores de um esforço que, embora tenha sido ineficaz no combate ao êxodo rural, seu objetivo último, merece destaque pelo pioneirismo indiciado nalguns dos seus aspetos, carecendo ainda de estudo mais aprofundado.

Referências bibliográficas

- Folque, N. A. P. B. (1960). *Planeamento regional e bem estar rural*. Lisboa: Junta de Colonização Interna.
- JCI, Junta de Colonização Interna (ed.) (1962). *Junta de Colonização Interna: exposição comemorativa do XXV aniversário: 24 de Abril de 1962*. [Lisboa]: Ministério da Economia/Secretaria de Estado da Agricultura.
- JCI, Junta de Colonização Interna (ed.) (1963). *Vila-verdinho: uma aldeia melhorada*. Lisboa: JCI
- JCI, Junta de Colonização Interna (ed.) (1963-65). *Aldeia de Prados: Programa de Renovação Rural*. Lisboa: JCI, 9 vol.
- JCI, Junta de Colonização Interna (ed.) (1966). *XX Aniversário da publicação da Lei de Melhoramentos Agrícolas*. [Lisboa]: Ministério da Economia/Secretaria de Estado da Agricultura.
- JCI, Junta de Colonização Interna (ed.) (1972a). *Aldeia de Montes Velhos: em renovação*, 1972. Lisboa: JCI.
- JCI, Junta de Colonização Interna (ed.) (1972b). *25 anos da publicação da lei de melhoramentos agrícolas*. Lisboa: JCI.
- Leónidas, V., 1971. *Para uma política de bem-estar rural*. Lisboa: [s.n.].
- Lobo, V. & Antunes, A. da M. (1960). *Problemas actuais da pequena habitação rural*. Coimbra: Direcção-Geral dos Serviços de Urbanização, Centro de Estudos de Urbanismo.
- Ministério da Economia (1946). "Lei n.º 2 017 (Lei dos Melhoramentos Agrícolas)". *Diário do Governo*, I Série, n.º 139, de 25/06/1946, pp. 588-531.
- Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura (ed.) (1973). *Junta de colonização interna: síntese da sua organização e obra* [documento datilografado]. [Lisboa]: Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura.
- Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura, JCI (1961). "Decreto n.º 43 661". *Diário do Governo*, I Série, n.º 104, de 04/05/1961, pp. 530-589.
- Ministério da Economia, Secretaria de Estado da Agricultura, JCI (1962). "Decreto-lei n.º 45 534". *Diário do Governo*, I Série, n.º 191, de 21/08/1962, pp. 1151-1152.
- Machado, J. L. P. (1961). "Novas possibilidades para a modernização do *habitat* rural". Separata de *A Agricultura e o II Plano de Fomento*. Lisboa: Secretaria de Estado da Agricultura, pp. 323-335.
- Machado, J. L. P. (1965). *Alguns problemas do mundo rural português*. Lisboa: Ministério das Obras Públicas, Centro de Estudos de Urbanismo e Habitação.
- Machado, J. L. P. (1970). "Os planos de urbanismo rural e de ruralismo, no contexto do planeamento territorial". *Colóquio sobre Desenvolvimento Sócio-Económico da Zona da Cova da Beira*, 28/09-03/10/1970. Covilhã: Câmara Municipal.
- Ribeiro, F. V. F. (2017). *Práticas de reabilitação em áreas rurais: contributos para uma metodologia de intervenção a partir da experiência dos programas de revitalização de aldeias em Portugal*. Tese de Doutoramento em Arquitetura. Faculdade de Arquitetura da Universidade de Lisboa. Disponível em <https://www.repository.utl.pt/handle/10400.5/14113> [Acedido a 14 de julho 2020].
- Secretaria de Estado da Agricultura, J.C.I. (1960). "Decreto-lei n.º 43 355". *Diário do Governo*, I Série, n.º 273, de 24/11/1960, pp. 2590-2596.